

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.416 - RJ (2019/0205389-3)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : THIAGO MARTINS DE ANDRADE (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**EMENTA**

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. ART. 16 DA LEI N.º 10.826/2003. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. CUSTÓDIA REVOGADA, DETERMINANDO-SE A EXPEDIÇÃO DO ALVARÁ DE SOLTURA. PERDA DO OBJETO. RECURSO PREJUDICADO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, sem pedido liminar, interposto por THIAGO MARTINS DE ANDRADE contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (HC n.º 0029543-82.2019.8.19.0000).

Consta dos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, em 20/05/2019 (posteriormente convertido o flagrante em prisão preventiva), pela suposta prática do delito previsto no art. 16 da Lei n.º 10.826/2003, por ter sido surpreendido na posse de "[...] *uma pistola GLOCK, 9mm, devidamente municiada com 10 munições, na cintura*" (fl. 98).

Irresignada, a Defensoria Pública impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos do acórdão de fls. 42-55.

Em suas razões, o Recorrente alega que sofre constrangimento ilegal ante a ausência de motivação idônea para a decretação da prisão preventiva. Aduz, ainda, que é primário, de bons antecedentes e que não há indicativo de que se dedique à atividade criminosa.

Requer o provimento do recurso para revogar a prisão preventiva, determinando-se a expedição do alvará de soltura.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (fls. 130-133).

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Em consulta aos andamentos obtidos no endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que, na audiência de instrução e julgamento realizada em 14/08/2019, nos autos n.º 0119266-12.2019.8.19.0001, o Magistrado de primeira instância **proferiu sentença condenatória** em desfavor do Recorrente, impondo-lhe a pena de 3 (três) anos de reclusão, em regime inicial aberto, além do pagamento de 10 (dez) dias-multa, substituindo a pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito. Na ocasião, o Magistrado singular **revogou a prisão preventiva do Recorrente e determinou a expedição do alvará de soltura.**

Assim, não há mais interesse na tramitação do presente recurso, pois não mais persiste a prisão processual ora questionada.

Nesse sentido:

*"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. CONTRABANDO. PRISÃO PREVENTIVA.SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, COM EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA. PEDIDO PREJUDICADO.*

*1. Consoante reiterada jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a superveniência de sentença penal condenatória, com expedição, na ocasião, de alvará de soltura, torna prejudicado o exame de writ que questiona decreto de prisão preventiva anterior.*

*2. Habeas corpus prejudicado. (HC 429.450/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018)"*

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do RISTJ, JULGO PREJUDICADO o recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora